



✓ Down to Zero

Cenário das Violências Sexuais Contra Crianças e Adolescentes

(Resumo Executivo)

 Down to Zero

Apresentação

A presente pesquisa nasceu a partir da necessidade de se obter dados atualizados que apresentassem o cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes, com ênfase na exploração sexual em Salvador e Região Metropolitana.

A complexidade desse fenômeno requer ações de enfrentamento igualmente complexas e capazes de envolver os mais diferentes atores da sociedade. As ações precisam ser integrais e só serão eficazes quando houver uma maior interação entre as políticas públicas, gerando uma maior integração no sistema de garantia de direitos. Precisamos, sobretudo em relação à exploração sexual contra crianças e adolescentes (ESCA), coletar, analisar, criar dados e indicadores desagregados dos números de abuso sexual, monitorá-los e, com base neles, desenvolver estratégias intersetoriais de prevenção e enfrentamento. Neste sentido, estabeleceu-se uma Aliança Estratégica Pelo Fim da Exploração Sexual, em uma ação coordenada entre a Plan International Brasil, a ECPAT – Brasil e CEDECA Bahia, com o intuito de trabalhar em quatro eixos: empoderamento de crianças, comunidades seguras e protetoras, ambiente favorável de diálogo com governo e engajamento do setor privado.

Considerando que, desde 2010, a Bahia tem apresentado dados alarmantes no que se refere às notificações de violações dos direitos de crianças e adolescentes, é necessário repensar o modo com que as práticas de atenção, prevenção e atendimento atendem a este público. Embasada por esses e outros dados, essa pesquisa tem como delimitação territorial os cinco principais municípios da Bahia: Salvador, Camaçari, Ilha de Itaparica (Itaparica e Vera Cruz) e Mata de São

João (mais precisamente em Imbassaí e Praia do Forte), territórios com características demográficas, sociais e culturais que são apontadas como fatores de risco para a ocorrência do fenômeno da ESCA.

De modo geral, a análise foi dividida em quatro principais blocos, que, ao final, compõem o panorama de cada município quanto ao cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes. O primeiro consiste na realização de um diagnóstico da violência sexual com foco no abuso sexual e ESCA, buscando compreender, frente às percepções e experiências de atuação, a resolutividade dos casos, possíveis entraves e apoio às vítimas. O segundo apresenta as principais significações e percepções dos participantes quanto ao enfrentamento da ESCA, extraindo informações quanto aos eixos da prevenção e atendimento. No terceiro, é trazida uma síntese das principais ações promovidas e realizadas por empresas estatais, empresariais e organizações da sociedade civil. Por último, um quadro da funcionalidade e articulação do SGD em cada município, baseada no exposto pelos participantes.

Esperamos que os dados coletados e aqui apresentados sejam úteis para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento à exploração sexual, subsidiando a Plan International Brasil e seus parceiros no âmbito da implementação do Projeto Down To zero, e que juntos possamos continuar empreendendo esforços para mudar esse cenário.

Resumo Executivo

DA INICIATIVA

De caráter exploratório, a pesquisa “O Cenário das Violências Sexuais em Cinco Municípios da Bahia” teve por objetivo produzir e atualizar dados sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes nas cidades de Salvador, Camaçari, Ilha de Itaparica (Vera Cruz e Itaparica) e Mata de São João (incluindo os Distritos de Praia do Forte e Imbassaí).

SOBRE A PLAN

Organização não-governamental de origem inglesa, ativa desde 1937 e presente em 71 países. No Brasil desde 1997, a organização possui hoje mais de 20 projetos, impactando, aproximadamente, 70 mil crianças e adolescentes.

DA PARCERIA

A pesquisa foi desenvolvida e aplicada pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca/BA), organização sem fins lucrativos e de caráter público, com ações, estratégias e alianças definidas a partir de um trabalho prévio de pesquisas setoriais, coletando dados que permitem obter uma melhor leitura de uma determinada realidade ou situação para, em seguida, intervir com seu instrumental sócio, político e jurídico.

DA METODOLOGIA

Optou-se pela utilização de dados quali-quantitativos que subsidiaram a construção do panorama acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, com foco na exploração sexual. A amostragem da pesquisa foi concluída por meio de um processo de estratificação dos grupos definidos como gestores, representantes de organizações da sociedade civil, representantes dos serviços socioassistenciais e em três grupos focais (pais e responsáveis, crianças e adolescentes). No total, participaram 91 instituições, com escuta de 113 representantes que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SDG) e 13 grupos focais com os usuários dos serviços de atenção, assistência e proteção, sendo 42 adultos (pais ou responsáveis), 41 crianças e 31 adolescentes.

Para além do recorte de uma análise desagregada e sistemática de cada município, a pesquisa apresenta um panorama geral das cinco localidades e um quadro de recomendações que seguiram os eixos estratégicos utilizados em cada território: diagnóstico das atuais condições de funcionamento do SGD, levantamento das percepções sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo a ótica das principais representações organizacionais na atuação junto ao público; e as ações de enfrentamento à violência e à exploração sexual contra crianças e adolescentes desenvolvidas em cada município.

A PROBLEMÁTICA

Historicamente, a Bahia, bem como toda a região Nordeste, tem assumido as principais posições no ranking de estados com maior número de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes do país. Nos últimos três anos, foram registrados pelo Disque Direitos Humanos – Disque 100 (Serviço de denúncias do Governo Federal para proteção de crianças e adolescentes, vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente) 41.715 denúncias, sendo 26.263 relacionadas às violações de direitos contra crianças e adolescentes.

Desses registros, 48% correspondem a casos envolvendo meninas, 37,6% envolvendo meninos e 14,4% não informaram. Tomando como base a compreensão do caráter multifacetado da violência e de ESCA - e, considerando ainda, os fatores que vulnerabilizam crianças e adolescentes a contextos de violações de direitos -, apresentam-se os principais resultados da pesquisa em cada município:

SALVADOR

Acompanhando as elevadas taxas de denúncias em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes do estado da Bahia, Salvador assume as primeiras colocações dos municípios com maior índice de ESCA do país, com base em dados do Disque 100 nos últimos três anos. Segundo percepção dos parti-

cipantes, o abuso sexual infrafamiliar, o estupro de vulnerável e a ESCA são as violências sexuais contra crianças e adolescentes mais presentes no município.

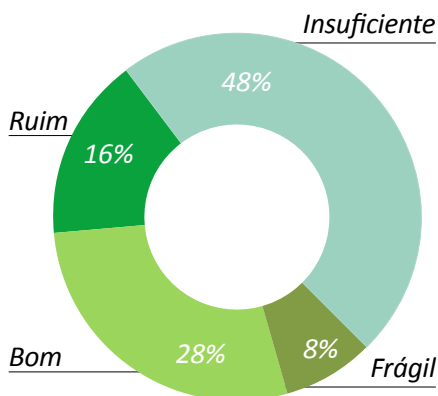
Especificamente falando da ESCA, apesar de ter surgido como segundo tipo de violência sexual mais presente no município, não há dados concretos de atendimento a esse tipo de violação de direitos de crianças e adolescentes nas principais instituições de atenção ao público infanto juvenil, além de, em alguns casos, há confusão conceitual entre abuso sexual e ESCA.

Na dimensão da ESCA no contexto do turismo, as percepções em torno da temática tomam como partida os pressupostos que aliam a ocorrência desse tipo de exploração - como, por exemplo, o fato de a cidade ser um ponto turístico e, conseqüentemente, ter um fluxo maior de pessoas, tornando-se, portanto, um fator de risco a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, apontam os mega eventos, praias e pontos turísticos como locais onde fica mais visível a ESCA.

No que tange às causas que impulsionam os índices de violência e ESCA, elencaram fatores como sobrevivência, insuficiência das políticas públicas, conflitos familiares, meios de comunicação, entre outros. Como agentes ou redes que promovem ou facilitam a ESCA, o tráfico de drogas aparece em primeiro lugar, seguido de taxistas e caminhoneiros / carreteiros.

Agente ou Rede	Frequência %
Tráfico de Drogas	78,7
Taxistas	64,2
Caminhoneiros/Carreteiros	57,1
Agentes de Prostituição	57,1
Donos/Gerentes Hotéis	50,0
Autoridades Corruptas	35,7
Guias de Turismo	35,7

Quanto ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, das instituições com atuação de relevância no município, reconhecem respectivamente o CE-DECA/BA e o MPE/BA como instituições mais atuantes, avaliando, ainda, a comunicação e a articulação entre a Rede que compõem SGD de forma negativa.



Em relação à capacitação para atuação na área do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, 48% afirmaram não ter recebido nenhum tipo de formação, 36% nos últimos seis meses e 16% nos últimos doze meses.

Convidados a refletir sobre as estratégias e ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, apresentam a necessidade de uma melhor articulação e fortalecimento da Rede que compõe o SGD; criação e fortalecimento dos espaços de atenção à família, dando suporte a mesma e maior capacitação para atuação específica no enfrentamento à violência sexual e suas múltiplas tipicidades, principalmente da ESCA.

CAMAÇARI

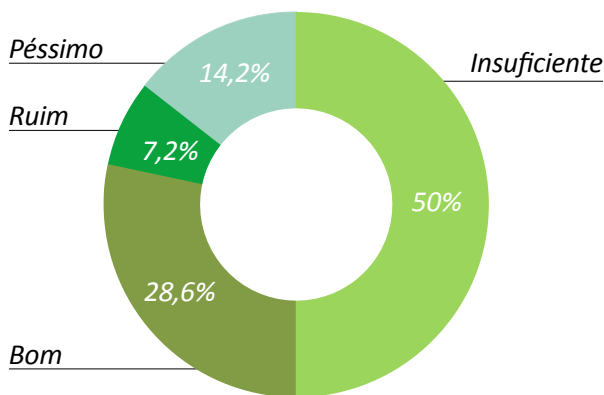
A tipificação da violência sexual contra crianças e adolescentes mais presente no município de Camaçari, segundo as impressões dos entrevistados, correspondeu ao abuso intra e extrafamiliar, seguida da ESCA, que, contraditoriamente, não está entre as demandas de atendimentos das instituições de atuação direta contra situações de violações de direitos de crianças e adolescentes.

Ao mesmo tempo, há uma constatação entre os participantes de que a ausência de serviços de abordagem social no município é um dos fatores que inviabilizam os atendimentos dessas demandas. Afirmam que as situações

são identificadas a partir do conhecimento de cada entrevistado do território de Camaçari sendo, portanto, as praias, os pontos turísticos e as feiras comerciais apontadas como zonas de maior incidência de ESCA, principalmente no contexto do turismo.

Quanto aos fatores condicionantes para a ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes, surgem os conflitos familiares, a insuficiência das políticas públicas e estratégias de sobrevivência como fontes causadoras. Por ser um município rodeado de rodovias importantes, entre elas a BA 093, BA 524, BA 526 e BA 545, além de empresas de transporte ligadas ao Polo Petroquímico, caminhoneiros e carreteiros são apontados, segundo impressão dos participantes, como os principais agentes impulsionadores das redes de exploração sexual. Para além, o tráfico de drogas tem sido apontado como o causador da “onda de violência” e morte entre os adolescentes nos últimos meses de 2016.

Para a maior parte dos entrevistados, existe uma grande carência de ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Camaçari, além de uma insuficiente articulação entre a rede que compõe o SGD, sendo esta avaliada negativamente.



As instituições mais reconhecidas no campo da atuação de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes foram o CREAS e os Conselhos Tutelares. A capacitação para atuar com a temática específica da violência sexual foi citada por 57,2%, enquanto 42,8% afirmaram não ter recebido nenhum tipo de orientação direcionada ao tema.

Com críticas ao direcionamento, articulação e funcionalidade das instituições que compõem o SGD em Camaçari, os participantes reconhecem como imprescindível uma melhor articulação e diálogo entre os setores público, privado e organizações da sociedade civil, além da criação e efetivação de políticas públicas de atenção às crianças e aos adolescentes.

MATA DE SÃO JOÃO

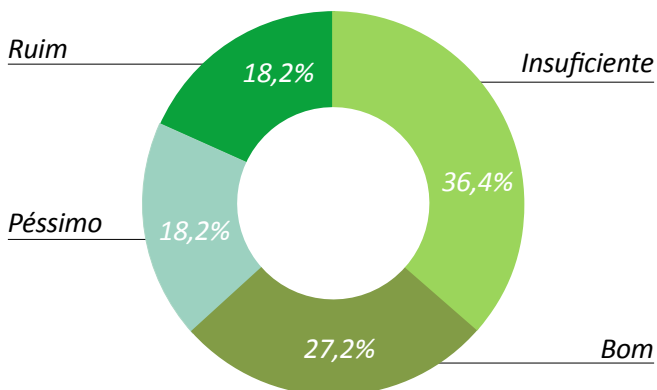
Com uma economia movimentada pelo turismo, a escolha de Mata de São João, especificamente dos distritos de Praia do Forte e Imbassaí, foi embasada no recorte da análise da ESCA no contexto do turismo. A maior parte dos equipamentos sociais do município está localizada na sede, tendo uma relativa precariedade de serviços à população na zona rural e no litoral. Chama a atenção o caráter invisível da violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente da ESCA, nas regiões de Praia do Forte e Imbassaí, o que pode estar ligado à preservação da imagem turística do local.

Para a maioria dos entrevistados, a ESCA é mais visível nos pontos turísticos, como as praias, e na realização dos eventos locais. Em termos de dados quantitativos, não há nada concreto, mas ponderam que Praia do Forte tem mais casos de violência sexual do que Imbassaí. Como causas ou fatores que contribuem para a incidência de violência sexual contra crianças, predominou os conflitos familiares, seguidos do baixo nível de escolaridade e insuficiência das políticas públicas.

O reconhecimento de ações de enfrentamento e combate à ESCA aparece de forma tímida, sendo apresentadas as dificuldades de atuação de instituições como Conselho Tutelar, CRAS e CREAS, devido à abrangência territo-

rial do município e às características geográficas que distanciam os serviços da zona rural e litorânea. Ainda assim, essas instituições e o MPE foram reconhecidos como os mais atuantes segundo percepção dos entrevistados.

A articulação e diálogo entre as instituições da rede socioassistencial ligadas ao SGD foram avaliados negativamente por 72,8% dos entrevistados.



No quesito formação e capacitação para atuação com o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, 83,4% não receberam nenhum tipo de capacitação, com registro de apenas 16,6% profissionais com subsídios técnicos para atuação com o tema.

A partir das percepções elencadas pelas principais instituições de atenção à criança e ao adolescente, bem como das percepções oriundas do processo de pesquisa e análise, o município de Mata de São João carece de práticas concretas de enfrentamento à violência sexual. Nesse sentido, para os participantes da pesquisa, ações de capacitação profissional, ampliação do atendimento das instituições de atenção e proteção às crianças e aos adolescentes em todo o território do município, além da criação de um núcleo específico de atenção a ESCA, são algumas das estratégias essenciais no combate à violência contra crianças e adolescentes.

ILHA DE ITAPARICA

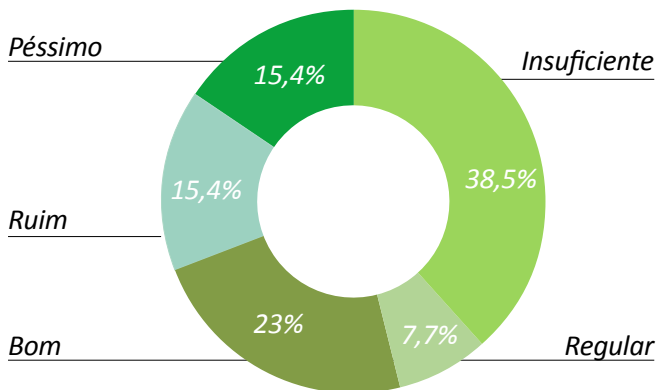
Dividida em dois municípios, Vera Cruz e Itaparica, a Ilha tem por característica geográfica uma grande extensão litorânea marcada por grandes fluxos turísticos em períodos específicos do ano, como finais de semana e feriados, além da alta estação. O processo de aproximação territorial e mapeamento das organizações que compõem o SGD evidenciou a inexistência de uma rede consolidada de atenção às crianças e aos adolescente nas duas localidades da Ilha de Itaparica.

Para os participantes, o abuso sexual intrafamiliar e a ESCA são os principais tipos de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes em Vera Cruz e Itaparica. No entanto, não há registros relevantes de dados quantitativos relacionados aos atendimentos ou aos encaminhamentos dessas demandas nas instituições entrevistadas. Ainda assim, os entrevistados reconhecem que esses dados não são condizentes com a real demanda de atendimento da Ilha de Itaparica.

Mais uma vez, os conflitos familiares são apresentados como a principal causa para a ocorrência de casos de ESCA, aliados ao crescimento das redes de exploração e ao fato de ser vista como uma forma de sobrevivência. Em termos de localidades onde fica mais visível a incidência de ESCA, foram elencados os bares, restaurantes e as praias. Já em relação aos agentes ou facilitadores das redes de ESCA, o tráfico de drogas é apresentado em unanimidade pelos participantes.

Agente ou Rede	Frequência %
Tráfico de Drogas	100,0
Donos/gerentes de hotéis e pousadas	75,0
Guias de Turismo	75,0
Ambulantes	50,0

Com um quadro de deficiências estruturais, a articulação entre a rede do SGD, assim como nos demais municípios, foi avaliada negativamente.



Apenas 23% avaliaram como boa a articulação entre a rede nos municípios de Vera Cruz e Itaparica. Para a maioria, no entanto, há inclusive a afirmação de que inexista uma rede. Assim, dar prioridade à pauta das crianças e dos adolescentes, maior comprometimento dos órgãos de atenção às criança e aos adolescentes, além da capacitação dos profissionais que compõem a rede, são estratégias apontadas pelos entrevistados como caminhos de superação das violações sofridas por crianças e adolescentes na Ilha de Itaparica.

RECOMENDAÇÕES

Torna-se importante refletir acerca do SGD quando se considera os objetivos desse sistema, no que tange ao enfrentamento de toda sorte de violações de direitos de crianças e adolescentes. É importante considerar que a ação desse sistema deve estar baseada pelo que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principalmente no que concerne à percepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e na responsabilidade integrada do poder público, família e sociedade civil na garantia e preservação desses direitos.

Diante das condições vulneráveis das populações dos municípios estudados, é possível afirmar a correlação dos diversos fatores sociais na análise da violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse sentido, deve-se ter como ponto de partida um estudo que modere um aprofundamento do fenômeno para além de visões deterministas ou conceitos concretos e estáticos. Desse modo, pensar essas condições sociais também deve ser norte no estudo das adversidades enfrentadas por crianças e adolescentes em contexto de violência sexual, em quaisquer vertentes.

Quando fica evidenciado que há uma realidade de precariedade nas condições materiais e simbólicas na vida das famílias, se concebe destituir a responsabilidade atribuída a elas, pois fica claro que essas condições sumariamente transformaram e moldaram as possibilidades de outras vivências societárias de crianças e adolescentes.

A desarticulação da rede que compõe o SGD e ausência de capacitação para atuação dos profissionais inseridos nas instituições de atenção, proteção e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, são os principais problemas diagnosticados nesse estudo, nos cinco municípios da pesquisa.

Nesse sentido, apresentamos algumas das recomendações construídas como produto desse estudo:

o Elaborar os Planos Municipais de Enfrentamento à Violência Sexual;

o Prever no orçamento do município recursos para investir na garantia de direitos de crianças e adolescentes;

- o Fortalecer os serviços para garantir especificidades de atendimentos nos serviços socioassistenciais já existentes;
- o Garantir infraestrutura e capacidade técnica para funcionamento dos principais equipamentos sociais de atendimento à população.
- o Elaborar e implementar ações de aproximação entre a comunidade e o Conselho Tutelar;
- o Exigir que o CMDCA execute seu papel de monitoramento das ações do Conselho Tutelar em consonância com o ECA.
- o Garantir espaços de discussão e reflexão sobre as temáticas relacionadas à violência sexual nas escolas, focando na análise de direitos de crianças e adolescentes, previstos no ECA;
- o Incluir de forma prioritária na agenda Política Municipal a pauta do enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes.

CONCLUINDO

Nessa perspectiva, se faz imprescindível, frente à realidade apresentada neste estudo, retomar com prioridade a atenção às crianças e aos adolescentes, buscando fortalecer e instrumentalizar a rede que compõe o SGD de acordo com os artigos 86 a 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que dispõe sobre a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Busca-se, portanto, a implementação de ações e estratégias que cumpram seu real papel na proteção dos direitos de crianças e adolescentes e no enfrentamento à violência sexual.

Expediente

Cenário das violências sexuais em cinco municípios do Estado da Bahia

Plan International Brasil

Anette Trompeter

Diretora Nacional

Dario Lopez

Diretor de Programas (interino)

Mateus Lotufo

Gerente Nacional de Operações

Flávio Debique

Gerente Técnico de Proteção Infantil e Incidência Política

Helliza Rodrigues

Coordenação de Monitoramento Avaliação e Pesquisa

Sara Regina de Oliveira

Helliza Rodrigues

Coordenação Institucional da Pesquisa

Helliza Rodrigues

Sara Regina

Flávio Debique

Revisão

Denise Fragoso

Projeto Gráfico e Diagramação

Lucival Almeida

Fotografia

EXECUÇÃO DA PESQUISA:

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan - CEDECA/BA

Luciana Reis

Coordenação Executiva

Louraine Carvalho

Pesquisadora Master

André Araújo

Sistematizador e moderador dos grupos focais

Técnicas de Campo:

Carla Lopes

Eliana Ferreira

Josenice Barreto

Sheila Araújo

Tássia Batista

É permitida a reprodução deste material, desde que seja citada a fonte e que não seja utilizado para fins comerciais.

Contato:

Plan International Brasil

Escritório Nacional

Av. Roque Petroni Jr, 1089, Salas
112 e 114, Brooklin Novo

São Paulo - SP

CEP: 04707-900

Tel.: +55 (11) 3956-2170

Escritório Bahia

Praça Conselheiro Almeida Couto,
374 - Nazaré

Salvador - BA

CEP: 40050-405

Tel.: +55 (71) 3018-7801



✓ Down to Zero